

# Pastore acha que não há razão para pânico

CECÍLIA PLESE  
Correspondente

São Paulo — O aumento de 0,5 por cento da **Prime Rate** (taxa cobrada pelos bancos americanos aos devedores de primeira linha) por enquanto não traz reflexos para a dívida externa brasileira, porque os contratos de empréstimo até agora mantidos entre aquelas instituições financeiras e o Brasil estão fixados em taxas inferiores à atual (12 por cento). A informação é do presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, para quem as autoridades econômicas devem ficar atentas ao assunto, "mas sem nenhum pânico". Ele observou que o que realmente interessa é verificar como vai se posicionar a **prime rate** em junho, quando será renegociada a rolagem da dívida brasileira.

Para o presidente do Banco Central, não se pode esquecer que grande parte do perfil da dívida brasileira depende das variações da **libor** e não da **prime**. Somente se se registrar uma escalada da **prime** que implique elevação das taxas de **libor** é que

haverá risco de um ônus maior do serviço da dívida brasileira. De qualquer forma, ele não acredita numa tendência de escalada da **prime**. Em sua opinião, ela ficará oscilando em nível relativamente próximo ao atual. Pastore também não acredita na redução das taxas de juros internacionais a curto prazo, porque o déficit dos EUA ainda é muito grande. Ele entende que somente após as eleições presidenciais norte-americanas o país adotará uma política gradual de redução de seu déficit fiscal de 150 bilhões de dólares. Essa política se estenderá pelos anos de 85, 86 e 87 e contribuirá para aliviar a pressão exercida pelo Federal Reserve sobre as taxas de juros - as quais então poderão declinar.

Ao falar na solenidade de posse dos conselhos concultivo e de administração da Associação Nacional das Corretoras de Valores (Ancor) e das diretorias do Centro de Instrução Técnica da Ancor e Sindicato das Sociedades e Corretoras de Fundos Públicos e Câmbio no Estado de São Paulo, Pastore também afirmou que as

perspectivas de se alcançar o superávit de nove bilhões de dólares na balança comercial brasileira são seguras. Segundo ele, esse superávit decorre do crescimento real das exportações de manufaturados e não da contenção de importações. E devido igualmente à política cambial rigidamente atrelada à inflação e à correção monetária, à recuperação da economia norte-americana e a seus efeitos sobre a economia européia. Entre os resultados positivos do aumento das exportações ele apontou o da diminuição do ritmo de redução do emprego no mercado interno e aumento das importações sem que se produzam reflexos negativos sobre a balança de pagamentos brasileira, pois isso será feito através da linha de crédito de 1,5 bilhão de dólares aberta pelo Eximbank, com esse objetivo, para auxiliar os países em desenvolvimento.

Pastore defendeu a necessidade de um crescimento auto sustentado dessas economias em desenvolvimento e garantiu que a inflação no mês de abril apresentará uma redução em compara-

ção com os níveis de março. Sem querer arriscar previsões em termos de números, ele afirmou que esta queda gradual da inflação tem que ser perceptível mês a mês, porque essa é a principal meta da política econômica brasileira.

Já o presidente da Ancor, Alberto Alves Sobrinho, afirmou em seu discurso de posse ser fundamental a manutenção do programa de estabilização econômica do Governo, mesmo que implantado no período final da administração e sem que haja qualquer certeza quanto ao sucessor de Figueiredo. Ele defendeu a necessidade da queda da inflação e das taxas de juros reais como fatores recriadores das condições de investimento, sugeriu a revisão das condições de endividamento externo brasileiro, com o pagamento anual somente dos juros do débito, pediu a opção pela livre concorrência em posição às práticas cartoriais e à reserva de mercado, à exceção das justificadas por imposição econômica e propôs o fortalecimento do mercado de **Commodities** com a instituição de um **clearing** único.